



Anais da Assembléia

Nº 53

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1.989
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Proceder-se-á à verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela

ordem, tem a palavra o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela ordem) - Requeiro chamada nominal.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela ordem) - Gostaria de registrar a presença do meu segundo vice-presidente nesta Mesa, o que muito honra a Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Muito obrigado! Atendendo à solicitação de chamada nominal, esta Presidência defere e solicita ao 1º Secretário, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, do PRN, para que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 33 (trinta e três) Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Está aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

Indicação

Senhor Presidente.

A Liderança da Bancada do PMDB vem, pelo presente, indicar:

1. Deputado Artagão Mattos Leão - suplente da C.C.J.

2. Deputado Cândido Pacheco Bastos - titular da Comissão de Indústria e Comércio; titular da Comissão de Defesa ao Consumidor

3. Deputado Neivo Beraldin - titular da Comissão de Educação; suplente da Comissão de Cultura e Esportes

4. Deputado Dirceu Manfrinato - suplente da Comissão de Direitos Humanos

5. Deputado Homero Oguido - titular da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

6. Deputada Vera Agibert - Suplente da Comissão de Saúde Pública, todos em substituição do Deputado Lindolfo Júnior.

Outrossim, indica o Deputado Orlando Pessuti, como membro suplente da Comissão de Indústria e Comércio, em substituição ao Deputado Cândido Pacheco Bastos.

Sem mais, na oportunidade, reiteramos os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA
Líder da Bancada do PMDB

Indicação

Senhor Presidente.

Pelo presente, vimos indicar os Deputados abaixo relacionados para comporem o Colegiado de Vice-líderes da Bancada do PMDB:

Deputado GERNOTE KIRINUS
Deputado ACYR MEZZADRI
Deputado NEIVO BERALDIN

Sem mais no ensejo, reiteramos nossos protestos de mais elevada estima e apreço.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA
Líder da Bancada do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1228

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja suspenso o Regime de Urgência concedido ao Projeto de Lei n° 162/88, e que a referida matéria seja retirada da Ordem do Dia pelo prazo de 10 (dez) sessões, para análise de possíveis conotações no âmbito do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO JOSÉ SANTANA LOBO NETO.

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO N° 1237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de voto de congratulações ao Jornal "O Estado de São Paulo", na pessoa de seu Diretor Superintendente, Francisco Mesquita Neto, pelo

lançamento do "Caderno de Economia e Negócios".

Sala das Sessões, 15.06.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

O jornal "O Estado de São Paulo" lavrou mais um tento, lançando um "Caderno de Economia e Negócios", que, com poucos dias de circulação já se impôs como de leitura obrigatória.

Na verdade, o "Estadão" apresenta-se remodelado, tendo passado por verdadeira revolução gráfica. Modernizou-se, sem perder as características de seriedade e confiabilidade que dele fizeram um dos mais autênticos órgãos da imprensa brasileira.

Com o "Caderno de Economia e Negócios" dá mais um passo no sentido de se consolidar como veículo indispensável e leitura obrigatória para todos aqueles que precisam manter-se informados e atualizados, num mundo em que a rapidez dos acontecimentos exige cada vez melhor veiculação e análise mais apropriada.

REQUERIMENTO N° 1241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas contendo votos de louvor pelo ato de selamento do aterro da Lamenha Pequena, acontecido em 11 de junho último, cuja solenidade integra o projeto da CURITIBA ECOLÓGICA e marca a recuperação do antigo lixão, com o início do plantio de árvores para compor o Bosque da Lamenha Pequena.

1. Prefeito Municipal de Curitiba Jaime Lerner;

2. Secretário do Município do Meio Ambiente, Hirotoshi Taminato.

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. João Elísio Ferraz de Campos, pelo recebimento do Título de Cidadão Honorário de Londrina, extensivos às autoridades abaixo:

1. Prefeito Municipal de Londrina, Antônio Casemiro Belinati;

2. Presidente da Câmara de Vereadores de Londrina, José Antônio Tadeu Felismino.

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, enviando cumprimentos pela reabertura da Sede Administrativa da CIC S/A, nesta data.

1. Prefeito do Município de Curitiba, Jaime Lerner;
2. Presidente da CIC S/A, Halim Makários.

Sala das Sessões, em 15.06.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. César Antônio Gualberto, Presidente da ADEVIMAR Associação de Deficientes Visuais de Maringá, enviando cumprimentos e votos de louvor pelo lançamento do JORNAL BRAILLE.

Sala das Sessões, em 15.06.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Eng° Antônio José Correia Ribas, Diretor Geral do DER, solicitando a inclusão do nome do Município de Roncador na placa instalada logo após o trevo da BR que liga Cascavel a Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em função da ausência do nome de Roncador na referida placa, muitos viajantes que desconhecem a região ou o trajeto mais curto, dão a volta por Campo Mourão ou Iretama para chegarem ao Município de Roncador.

REQUERIMENTO N° 1239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a construção de abrigos na extensão da Rodovia Vassílio Boiko, ou seja, de Iretama até o trevo da BR que vai para Cascavel, para atendimento aos moradores que dependem de ônibus.

1. Secretário de Estado de Transportes, Heinz Georg Herwig;
2. Diretor DSTC, Sérgio Augusto Selishsresser.

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação é um pedido antigo da população de Roncador, a qual, há muito tempo vem sofrendo com as intempéries, pois normalmente, ficam horas aguardando ônibus, e os que mais sofrem são crianças, idosos e doentes, que não têm um abrigo para se protegerem do forte sol ou da chuva.

REQUERIMENTO N° 1238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa Legislativa o artigo intitulado "Oportunidade Perdida", assinado pelo jornalista Carlos Chagas, publicado na Gazeta do Povo, em sua 8ª página, desta data, onde escreve sobre a impunidade e a imoralidade na nova República, quando mais uma vez, um "colarinho branco" saiu-se impune, quando se refere ao investidor Naji Nahas, provocador do escândalo da Bolsa de Valores.

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 033/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Será facultado ao Deputado receber ou deixar de receber, total ou parcialmente, a remuneração fixada pelo exercício do mandato.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) ANTÔNIO ANTEBELLI

Apoiamento:

Valderi Mendes Villela, Antônio Costenaro Neto, Edmar Luiz Costa, Rafael Greca, José Felinto, João Arruda, Raul Lopes, Pirajá Ferreira, Tadeu Lúcio Machado, Quilse Crisóstomo, Sabino Campos, Neivo Beraldin, Cândido Bastos, Basílio Zarusso e Orlando Pessuti.

Projeto de Lei: N° 148/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O mandato de Deputado Estadual não é remunerado.

§ 1° - É proibido a concessão de verba, a qualquer título, aos Deputados Estaduais, exceto as destinadas às despesas de passagens e estadia.

§ 2° - Não haverá impedimento, aos Deputados Estaduais, para o exercício de

suas profissões, na forma da lei.

Art. 2º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná custeará as despesas de passagens aéreas ou terrestres, do domicílio eleitoral dos Parlamentares até a capital do Estado, e a hospedagem destes, para comparecerem às sessões legislativas.

§ 1º - As sessões serão realizadas duas vezes por semana, nos períodos matutino, vespertino, e noturno, desde que haja matéria a examinar.

§ 2º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na forma constitucional, em casos de urgência ou necessidade, poderá ser convocada extraordinariamente.

Art. 3º - O Poder Legislativo não manterá qualquer serviço de assistência social.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

Apoiamento:

Nereu Carlos Massignan, Luiz Carlos Alborghetti, Haroldo Rodrigues Ferreira, Leônidas Chaves e Lauro Lobo Alcantara.

JUSTIFICATIVA:

Nosso projeto, prende-se ao fato de que a classe parlamentar, na atualidade, se encontra profundamente desacreditada, sem credibilidade alguma, haja vista perceberem altos salários, em completa dissidência com a realidade de nosso País.

Assim, procuramos resgatar o respeito popular e a confiança do povo em seus representantes, por meio deste projeto, que dará início à moralização da administração pública, encerrando-se com as mordomias que hoje são concedidas em uma infinidade de títulos.

Ora, com o não pagamento de salários, voltamos ao tempo em que os homens públicos, ao invés de indagarem o que a Nação pode fazer por estes, passam auto-indagar-se, sobre o que se pode fazer pela Nação. Com isto, damos início à uma nova era, um novo tempo na política, onde procuramos trabalhar com afinco para eliminar a pobreza deste nosso Brasil, elevando-se o poder aquisitivo da população, com mais cultura e educação, para elevar nosso país à grandeza e destaque que merece.

Assim, apresentamos este polêmico projeto em respeito ao povo que nos outorgou mandato popular, pois dado o fato dos parlamentares perceberem salários, subsídios, enfim, remuneração, até cento e cinquenta vezes superior ao mínimo legal, criou-se situação vexatória, que levou-nos a refletir, repensar posições e concluir que nosso projeto é uma forma de fazer com que a classe política cumpra realmente seu papel, que é objetivar o bem comum do povo brasileiro.

Com o que, espero que o parlamento possa readquirir o respeito da sociedade, e passe a desempenhar o papel que nos foi destinado, pois, podemos citar a título de exemplo, a República Federal da Alemanha, um dos países mais desenvolvidos do mundo, onde os parlamentares não recebem salários e trabalham em torno de 30 dias por ano; há ainda, o caso atípico da Suíça, onde os representantes dos Cantões também nada percebem a título de salários, para representar o povo nas comunas populares, sendo este um dever do Cidadão para com a pátria.

Ora, ao elaborar este projeto temos como pretensão, apenas o de dar nossa modesta contribuição para o futuro de nosso país, e nada nos fará alterar nossa posição, pois temos certeza de estarmos no caminho certo.

Esperamos a contribuição dos demais parlamentares desta casa, para que se possa aprimorar nossa proposta, pois é chegando o momento de termos o desprendimento e altivez que um dia outros grandes brasileiros o tiveram, como Rui Barbosa, Caxias, Andrade, Neves, no Paraná cito General Carneiro, enfim, tantos outros que fizeram a história e grandeza de nossa Nação, em outros tempos.

Finda a leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Apenas para anunciar Senhor Presidente, a presença neste plenário do ilustre Vereador de Guarapuava, Senhor Osdival.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) A Mesa da mesma forma o cumprimenta.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

É sabido que existe um estado de greve nas instituições de ensino superior, que a opinião pública pode até imaginar que seja por reajustamento salarial, mas que não tem um fundo tão simplista assim. É preciso que as vozes se levantem, para tornar conhecidos os motivos de greve: para que não sejam injustiçados aqueles que lutam para evitar que o caos predomine, e para que não ocorra uma involução que nos faça perder um preciosíssimo tempo, cuja recuperação poderá custar demais a todos nós, hoje e no futuro.

Porque a greve que ocorre nas insti-

tuções federais de ensino tem paradoxalmente, uma utilidade muito grande. Esta greve, além de movimento justo de reivindicação de reposições salariais, que recuperem o achatamento promovido por inúmeros planos econômicos, também tem a função de denunciar o despropósito que vem ocorrendo com a política de educação superior no Brasil.

Assim, ela denuncia o sucateamento a que é submetida a universidade pública brasileira, a mesma instituição que responde por 98% das pesquisas científicas feitas no País, e que permitiu que, em 15 anos, nós pudéssemos avançar do 38º para o 15º lugar na contribuição à produção científica internacional.

Tudo isso com constantes cortes de verbas, levando o ensino, a pesquisa e a extensão universitária a um grau de miserabilidade. Daí que em 25 anos, a oferta de vagas diminuiu de 15% para os atuais 25% reforçando, cada vez mais, o nível de privatização do ensino superior, cujo segmento, hoje, é que oferece 15% das vagas em vestibulares.

Importante é lembrar que essa privatização, praticada em progressão geométrica, não condiz em absoluto com as disposições constitucionais que, praticamente repetindo uma idéia básica contida em todos os programas político-partidários, propugna por uma gratuidade crescente do ensino brasileiro.

Como custear-se o ensino de um aluno em uma universidade privada, com os custos atuais, em um País em que 1% da população concentra riquezas correspondentes às deitadas pelos 50% mais pobres?

A quem interessa a impossibilidade na formação de gerações mais intelectualizadas e, conseqüentemente, mais politizadas?

Só pode interessar àqueles que, na condição de maus patriotas, pretendem minuar esta nação em suas propriedades, para manutenção das regalias que uma forma pré-capitalista de exploração econômica permite, e que só é possível em países subdesenvolvidos, onde a ignorância não dá à sua população a mínima condição de perceber a própria exploração e subvertendo-se, lutar contra ela.

Que esta denúncia possa servir de reflexão aos nobres Parlamentares, fazendo com que se mobilizem em torno de uma causa que só servirá ao País, e que permitirá que salve o futuro das gerações que tanto têm a contribuir. Ou o acordo nos levará à constatação de que o pesadelo extrapolou os sonhos e assume a totalidade da nossa vivência".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Concedo a palavra ao segundo orador

inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputado; a nossa solidariedade aos agricultores de todo o Paraná, que passam por maus momentos, pois são os agricultores paranaenses que tanto produzem e que pesam na balança as exportações para o enriquecimento deste País. Mas, que infelizmente, não são vistos com bons olhos pelo Governo Federal.

Acontece nos quatro cantos do Estado as manifestações dos agricultores, como em Maringá, Rolândia, Cascavel, praticamente em todo o Estado, o agricultor que luta o ano todo com a sua família, enfrentando muitas vezes a seca, ora muita chuva ou geada, as temperaturas climáticas que muitas vezes os faz perder a sua lavoura. E aí ter que pagar a sua dívida bancária e muitas vezes termina o ano e ele fica até devendo. Isto quando não vem a perder a sua propriedade.

Foi o que aconteceu há dois, há três anos atrás, na região de São João do Ivaí, na região de Maringá, de Santa Fé. Foi o que aconteceu com os cafeicultores da região de Altônia, que trabalharam durante todo o ano na sua lavoura cafeeira. E após a colheita, tiveram que entregar os seus sítios, os seus tratores, a sua vaca de leite e até utensílios para pagar a sua dívida ao banco.

E, vê-se nos meios de comunicação, na televisão, no rádio, que o Paraná, safra "record" que o Paraná cada ano produz muito mais e, cada ano, em cada safra "record" parece que é o "record" do desespero dos agricultores do nosso Estado.

O que a gente vê, Senhores Deputados, são agricultores implorando de mãos postas ao governo federal que os ajude, mas o governo federal impiedosamente não vê os clamores que levam os nossos agricultores até a queimarem os seus produtos; jogar pelas ruas numa manifestação que dá até dó. Só o governo federal que não sente o desespero dos agricultores que tanto lutam, trabalham, produzem, mas que infelizmente não são reconhecidos pelo governo federal.

Parece-me até que o nosso governo federal é o maior inimigo dos agricultores porque muitas vezes ele deixa de ajudar o agricultor paranaense, o agricultor brasileiro e importa trigo; busca milho lá fora pagando maior preço; importa café como importou aí café podre, café cheio de doenças.

E a gente, eleito Deputado pelo povo e eu também que tenho uma pequenina propriedade de café, a gente passa até a acreditar que o governo é o maior inimigo dos agricultores brasileiros. Não conseguimos

entender essa situação por que passa a nossa agricultura.

Portanto, Senhores e Senhoras Deputados, aqui está a nossa solidariedade ao homem do campo, esse homem sofrido, esse homem que tanto trabalha e não é reconhecido pelas autoridades federais; ele produz; ele leva o feijão e o arroz à mesa dos governantes, dos ministros, do Secretário da Agricultura, infelizmente não é reconhecido como trabalhador, como brasileiro e, até parece ser escravo do nosso governo federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) No Pequeno Expediente concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tenho nenhuma dúvida de que a camisa de força que tentam nos colocar, de que aqueles que tentam nos amordaçar, serão questionados.

Esta substituição que o Líder do PMDB sugere através de um conchavo da bancada do PMDB pela nossa posição de independência nesta Casa, porque nós não fomos eleitos por nenhum dos Deputados que aqui estão. Fomos eleitos pela população do Estado do Paraná. Elegemo-nos pela população simples, oprimida, deste Estado. É de se arguir nobres pares a inaplicabilidade deste ato, porque senão irei eu à justiça questionar lideranças de partido que não cumprem o estatuto partidário. E quando voto contra o veto do Governador, que ajudei a eleger em 1986, quando voto com a minha consciência e respeitando o programa do PMDB, tentam me punir, mas, está lá o Estatuto, mais de uma dúzia de itens que eu faço questão de questionar até na Justiça, se preciso for. E, gostaria de ir mais além: substituam-me das comissões que sou apenas membro, mas não tentem me tirar daquelas comissões que sou Presidente, porque senão, se mais tarde, a título de exemplo, de ilustração, como já tentaram me tirar da 2ª Secretaria e não conseguiram! Se o PMDB perder a maioria neste Parlamento, tirarão o Deputado Anibal Khury da Presidência? É claro que não! Porque ele foi eleito Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e Presidente da Assembleia Constituinte do nosso Estado. Este é um direito líquido, certo, assegurado! E, não adianta tentarem me tirar da Presidência da Comissão de Educação, da Presidência da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, e da Presidência da Comissão de Defesa ao Consumidor, porque iremos à Justiça, se preciso for, porque temos garantidas pelos apoiantes que ob-

tivemos estas presidências. Reúnem os membros destas comissões se querem me tirar das presidências, consigam a maioria destes membros, e aí sim, terão oportunidade de me tirar das comissões e não num ato de força, onde se usa o direito da força e não a força do direito, onde se esbarra numa atitude mesquinha e medíocre, tentando ferir até a dignidade de um homem, que foi eleito, neste Estado, para cumprir os compromissos do Paraná!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria apenas, para encerrar, fazer um elogio aqui, aos Partidos que ouvem o povo e os reclamamos, principalmente dos oprimidos, que libera os seus líderes que liberam as lideranças partidárias, Prefeitos e Vereadores, para que apoiem, depois de 30 anos de ditadura neste País, um candidato que represente os anseios da população do Brasil, a Bancada do PTB, a Bancada do PFL e até o nosso Governador do Estado, um homem que sempre foi contra o arcaico, que sempre foi contra o velho, a favor do novo, a favor do: - "Avança Paraná", para que avancemos este País, para que ele libere também os Vereadores, Prefeitos, Deputados, deste Estado, para que eles tomem uma posição de independência, na escolha do futuro representante mor deste país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Antes porém anunciamos a presença, neste Plenário dos Vereadores Manuel Souza Paz, de Nossa Senhora das Graças e do Vereador Antônio Marcon, de Ivaiporã.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Talvez tenha que utilizar alguns termos contundentes desta tribuna hoje, levando pela situação ocorrida ontem, nesta Casa quando na tentativa de promovermos a Assembleia Estadual do Paraná, quando na tentativa de ajudar a resgatar a credibilidade da classe política, tão desgastada no dia de hoje. Propusemos a esta mesma Casa, a este Plenário, a realização aqui durante a sessão de ontem, ocupando o Pequeno Expediente, horário de liderança e o Grande Expediente, para debatermos a questão da segurança do trânsito no Brasil.

E esta mesma Casa nos deu o aval para convidarmos aqui, ontem, autoridades que vieram para dialogar com os Senhores parlamentares, autoridades que vieram com instrumentos, inclusive, com equipamentos pesados que foram instalados aqui no plenário desta Casa, que vieram com a maior das boas intenções, vieram talvez até fa-

zer o papel que cabe a nós políticos, fazermos; mas que no entanto, omissos que somos às vezes, nos esquecemos disso, e vemos a iniciativa privada ocupando o espaço que é o espaço da classe política.

E foi com esta intenção que promovemos ontem, aqui, o debate convidando os técnicos da Volvo, para nos falar a respeito do trânsito. E o que é que nós vimos ontem aqui?

A maior demonstração possível de desrespeito à própria Casa. A maior demonstração de omissão de uma classe política desacreditada, que tem servido de chacota na imprensa todos os dias.

Eu ainda sou novo na política, tenho pouco mais de seis anos de carreira política e não pretendo encerrá-la tão cedo pela omissão. Posso encerrá-la por erros cometidos, mas nunca por omissão. Aqueles que não quiseram ficar aqui no plenário ontem para acompanhar o debate, vão ser obrigados a me ouvir agora ou então que se retirem, porque irei ocupar o direito que tenho de uma hora para falar sobre trânsito desta tribuna hoje. E a partir de hoje, ocuparei se possível for todos os espaços que me forem de direito aqui desta tribuna - Pequeno Expediente, Liderança e Grande Expediente. Porque não posso ficar omissos e não posso acompanhar aqueles que não desejem realmente debater as coisas importantes deste Paraná.

Alguns até, que talvez não tenham interesse mais na carreira política, que fiquem nas suas casas, que não tratem das suas políticas aí foram mas nos deixem pelo menos, aqueles que têm ideal de luta, aqueles que querem apresentar alguma coisa ao povo do Paraná, que trabalhem.

Desculpe-me este desabafo. Mas ontem eu me senti talvez um dos piores políticos desta classe que infesta o país. Afinal de contas participei de vários debates, com relação ao assunto que eu trouxe para esta Casa ontem. E assumi, eu e o Presidente Aníbal Khury, numa visita à Volvo do Brasil, assumimos dar aqui nesta Casa o pontapé inicial de uma iniciativa que esta Casa sairia na frente, de debater o trânsito publicamente no Plenário. Porque na semana que vem vai acontecer em São Paulo. Na outra semana vai acontecer em Fortaleza e tenho certeza que lá os Parlamentares interessados vão permanecer no plenário e vão debater este que é um dos maiores problemas do Brasil, que é o problema do trânsito.

E a minha preocupação foi única e tão somente promover a Assembléia, não me promover pessoalmente. Não foi esta a minha intenção. Saí daqui ontem frustrado, ao ver esta Assembléia esvaziar-se à medida que o tempo passava. Ao ver esta Assembléia terminar uma sessão importante como

aquela de ontem, com apenas meia dúzia de parlamentares, dos 54 que a compõe.

Não vim aqui para ser motivo de gozação. Não vim aqui também com a intenção de ser aí quem sabe, o "Salvador da Pátria".

Mas vim fazer o meu papel de político, cumprir a minha obrigação com aqueles que me trouxeram para esta Casa.

Por esta razão venho à tribuna entristecido, frustrado, muito chateado, por sinal, com alguns companheiros que ontem esvaziaram o plenário desta Casa. E, não é de se admirar, que segundo pesquisas, a população brasileira confia mais nos correios, mais na televisão, nos empresários, do que na classe política. Não é de se admirar, que segundo pesquisas, a população acredite ou credite toda a culpa pelo caos instalado neste País, a esta classe. E, não é de se admirar que qualquer iniciativa que parta da classe política, conquiste logo de início, a antipatia do povo em geral.

Há muito, que os assuntos em discussão nesta Casa têm sido objeto único e exclusivamente da demagogia; muitos falam de educação, por demagogia, outros de saúde, pelo mesmo motivo; e, não deixam de existir os que falam da natureza, pelo simples desejo de ver-se nas páginas dos jornais.

Mas, a população sabe detectar, eliminar este tipo parasitário da vida política nacional. Ele, simplesmente após o sufrágio eleitoral não retorna mais às casas legislativas.

E ontem, Senhores Deputados, Senhor Presidente, nós tivemos um espetáculo triste, um espetáculo deprimente, uma demonstração de falta de interesse desta Casa. Pelo menos, na maioria dos Senhores Parlamentares, quando aqui trouxemos para debate, o assunto trânsito. Isso não demonstra apenas o pouco carinho que alguns Parlamentares devotam ao Plenário, como também caracteriza o total desvelo e desatenção, que dedicam à questão da mais elevada importância, que é o trânsito.

Parece que o melhor mesmo é fazer demagogia em cima disso tudo: falar que Parlamentar, que político não deve ganhar salário, ou que político ganha demais, isto é aquilo. Parece que falando estas coisas é que se ocupa mais espaço na imprensa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente, é uma pena que estes Parlamentares, quando procuram suas matérias nos jornais, não leiam as páginas que trazem os graves quadros demonstrativos de acidentes de trânsito. Talvez, se tivessem conhecimento que, nada menos do que cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco acidentes ocorreram só em Curitiba, desde o início deste ano, estes Parlamentares tivessem levado a sério a atividade promovida ontem por este Poder Legislativo, e, não por este Deputa-

do.

Talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se alguns parlamentares desta Casa tivessem conhecimento de que, três mil e setenta e duas pessoas ficaram feridas e outras 67 morreram em função de acidentes de trânsito, só em Curitiba, nos últimos cinco meses, o Plenário ontem contasse com um número maior dos Srs. Deputados.

O Sr. Antônio Annibelli - Vossa Excelência permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, Deputado Annibelli.

Sr. Presidente, eu lhe darei o aparte no momento oportuno.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece que alguns de nossos Pares, nesta Casa não estão lá muito interessados com a vida da população e com a vida dos seus próprios eleitores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Pedi questão de ordem, porque o orador que se encontra na Tribuna negou o aparte no momento do seu discurso, que interessava, quando Sua Excelência, Deputado Algaci Túlio, ofende a todos os Srs. Deputados que aqui estão. Eu não concordo de maneira nenhuma, que, quando eu assumo a tribuna para defender interesses das minhas regiões, ou do meu Estado, da minha gente, que seja uma generalidade, que esteja fazendo demagogia; que eu mantenha um mandato público há 15 anos, talvez, por não enganar o povo; como acredito que os Deputados que aqui estão também, porque quando um deferde a Saúde ou trânsito ou Educação ou a Polícia Militar ou acidente de trânsito, como o nobre Deputado que defende da tribuna e defende na rádio, nós não estamos fazendo demagogia, como acredito que o nobre Deputado não está fazendo agora. E nós só somos obrigados a ouvir palestras ou discursos de quem nos interessa ou quando nós não temos um motivo maior ou uma reunião da Constituinte, como trabalhamos hoje, a manhã inteira, e o nobre Deputado não estava presente, talvez o seu interesse estivesse ligado à rádio aonde trabalha.

Mas, nós não podemos admitir, eu não aceito ser ofendido na tribuna, ouvindo o nobre Deputado, sem merecer porque sou digno do meu mandato e respeito o povo que me elegeu.

O SR. Presidente (Orlando Pessuti) - A palavra continua com o orador Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, não sei se a carapuça serviu ao Deputado, mas, ele a vestiu desta maneira. Ele tem o seu entendimento.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Mas, Vossa Excelência me conceda um aparte democraticamente, então!

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu peço que me seja dado o direito à palavra. O aparte eu darei no momento em que eu achar que devo dá-lo...

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Mas, eu vou agüentar uma hora aqui a ouvir as baboseiras de Vossa Excelência?

O SR. ALGACI TÚLIO - ...Ninguém me obriga a dar o aparte na hora em que o apartante me pede.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra continua com o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Vossa Excelência está fazendo demagogia na tribuna.
(Vozes paralelas)

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de completar o meu pensamento, porque é um direito que eu tenho nesta tribuna...

(Vozes paralelas)

Com todo o respeito que eu tenho a Vossa Excelência me permita completar o meu pensamento. É um direito, a tribuna é minha neste momento e eu falo aqui e assumo aquilo que estou falando.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Valderi Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, apenas para constar que a reunião, a qual o Deputado Annibelli se referia hoje, era reunião de Líderes e nesta reunião estava presente o Deputado do PT, representando a sua Bancada. O Deputado Algaci Túlio tem freqüentado todas as reuniões da qual ele é membro. Portanto, não pode prosperar uma alegação de que ele tinha interesse da rádio que eu ouvi, vindo dos corredores.

Respeito o Deputado Annibelli... Vossa Excelência me concedeu uma questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mas,

a questão de ordem de Vossa Excelência, a exemplo da questão de ordem do Deputado Annibelli não procede, e Vossa Excelência, a exemplo do Deputado Annibelli, poderão fazer as justificativas em apartes ou em Explicações Pessoais ou no Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Vossa Excelência poderia me deixar apenas concluir?

(Assentimento)

Porque ele também é um Deputado consciencioso que, mesmo não sendo Líder da sua Bancada, compareceu à reunião de hoje. Discutiu e falou sobre as emendas, portanto, só para ressaltar a imagem dos Deputados desta Casa, em especial do nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Continua com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado.

Eu acho que se alguém tem o direito a falar nesta tribuna, com toda sinceridade, eu entendo que eu tenho direito.

Em que pese a minha função como homem de imprensa, em que pese a minha função como vice-Prefeito eleito desta cidade, com muito orgulho para mim, tenho sido eu, ao lado talvez de uma meia dúzia de Parlamentares, os que mais freqüentam o plenário. Poderia quem sabe, seria muito mais cômodo para mim como vice-Prefeito, ficar andando pelas ruas da cidade, aparecendo perante a minha população, fazendo, quem sabe, demagogias, subindo em cima de trator nas ruas e dizendo: "fui eu quem mandou consertar esta ou aquela rua." No entanto, venho aqui cumprir o mandato que me delegou o povo desta cidade e o povo do Paraná.

Então, por isso, sinto-me com todo o direito, mas com todo o direito mesmo, de vir aqui e questionar esta Casa. Porque o que aconteceu ontem não é admissível, perdoem-me aqueles que não permaneceram na Casa por algum motivo que cabe a cada um aqui justificar. Perdoem-me, mas era um assunto importante que não se pode brincar com isso e não fizemos e eu repito mais uma vez, em nenhum momento, com intenção de querer aparecer, não foi esta a intenção. A intenção foi procurar ajudar a readquirir a credibilidade desta Casa que lamentavelmente está desgastada e de repente ontem aqui o que mais foi importante foi um Deputado ficar aí dizendo que Parlamentar não precisa ganhar nada. Talvez ele não precise ganhar, porque é pecuarista, é dono de muitas mil cabeças de bois por aí e como ficam aqueles que trabalham

para o povo, aqueles que vieram para cá com idealismo, que vieram aqui para trabalhar? Então, o que teve mais valor aqui nesta Casa, foi a demagogia de um Parlamentar e não a preocupação nossa de trazer para esta Casa um debate importante para todos nós Parlamentares.

Dizia eu então que esta Casa não estava lá muito interessada em discutir a situação e a preservação da vida do eleitor, de muitos dos Parlamentares desta Casa. Tentávamos ontem sensibilizar o Plenário da importância do evento que se realizava. Chegamos inclusive a igualar a situação do trânsito do nosso País a várias moléstias que assolam os brasileiros. Um País que tem o trânsito mais perigoso do mundo, não pode se dar efetivamente ao luxo de desperdiçar os estudos e as experiências que foram trazidas ontem a este Plenário pelos especialistas da Volvo do Brasil.

Fica patente que a classe empresarial do Brasil está muito mais preocupada em vários aspectos que a própria classe política deste País. Ontem, no final da sessão, desculpava-me com os srs. convidados, pela evidente ausência de Deputados neste Plenário, desculpava-me ontem, mas hoje venho aqui cobrar e com todo o direito, a ausência desses mesmos Parlamentares, porque o dia em que eu faltar também quero que me cobrem. Quero cobrar a ausência de vários Deputados quando era discutida essa problemática do trânsito que hoje mata mais do que o câncer e do que a Aids e nem mesmo o áudio visual trazido pelos técnicos da Volvo, mostrando a evidente irresponsabilidade de todos nós motoristas diante do volante foi suficiente para sensibilizar os representantes do povo.

Talvez os Deputados ausentes não façam parte do contexto do trânsito de alguma forma, mas mesmo assim deveriam estar presentes, pois a sessão de ontem será recebida no contracheque no final de cada mês, embora só onze Deputados merecessem, pois permaneceram aqui até o final da sessão, tudo havia sido preparado para que a sessão de ontem, anunciada com grande antecedência, discutisse com seriedade um dos maiores e mais constrangedores problemas urbanos da atualidade brasileira, que é o trânsito.

Havia ficado acertado entre as Lideranças Partidárias que o Horário do Pequeno Expediente, de que o Horário das Lideranças e o Grande Expediente, seriam destinados a esse debate, lamentavelmente, Deputado Edmar Luiz Costa, Vossa Excelência acabou quem sabe indiretamente sem imaginar o que poderia acontecer, sendo talvez até o responsável pelo esvaziamento da sessão, não lhe culpo porque entendi que Vossa Excelência queria apressar a Or-

dem do Dia, mas esta mudança fez com que os Deputados fossem para os seus gabinetes, fossem para as secretarias, fossem para seus assuntos particulares e a Casa ficou vazia, lamentavelmente.

Parece-me que talvez a maioria dos Srs. Parlamentares não tenham medo da morte, não tenham medo de acidentes, porque não quiseram discutir esta matéria tão importante. Não estão preocupados com um problema que faz desaparecer anualmente um estádio de futebol ao tipo do Pacaembu lotado, reproduzindo uma guerra do Vietnã, com conseqüências trágicas. Se não for assim, é pelo menos o que ficou evidente ontem pela ausência de quarenta e tantos Parlamentares nesta Casa. Quero deixar aqui registrado um voto de protesto pela atitude desses Deputados. Se pretenderam colocar em execução o boicote que eu não acredito que tenha sido isso, contra este Deputado, contra o PDT, esses Deputados não obtiveram sucesso, porque foi o ato de boicote aos técnicos da Volvo que aqui vieram, e não a mim, e foi sim também a Casa.

Quero registrar, Srs. Deputados, que a Volvo do Brasil tem feito inúmeras palestras como a planejada ontem aqui para tentar sensibilizar as autoridades brasileiras na tentativa de minorar a violência que é o trânsito brasileiro.

Nós mesmos, repito, tivemos a oportunidade de participar de várias delas e o Paraná tem o privilégio, de ter aqui as maiores autoridades na área de trânsito. No entanto, pela ausência de recursos da parte do Governo Federal e do Governo do Estado, essas autoridades se vêem manietadas num trabalho que poderia ser mais profundo no combate à violência do trânsito. Aí cabe então à iniciativa privada tomar a iniciativa e quando a iniciativa privada vem para expor ao Parlamento, este Parlamento mostra-se pouco interessado no assunto. Isto realmente é profundamente lamentável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar aqui patenteado alguns dados, aliás, ainda hoje recebi no meu Gabinete, por coincidência, o Boletim do Comando da Polícia Militar, do Batalhão de Trânsito, trazendo-me números da violência do trânsito. Realmente é de estarrecer, Srs. Deputados, é de fazer com que nós todos nos preocupemos com muita seriedade a respeito do trânsito.

Dia-a-dia morrem mais e mais pessoas; crianças, idosos e o que é pior de tudo, quem mais é atacado pelo trânsito são pessoas de idade entre 25 e 33 anos de idade, com todo o potencial para produzir muito por este País. No mês de abril, por exemplo, caracterizou-se pelo marco que registra os primeiros movimentos na área do

Poder Legislativo no sentido de viabilizar a Carteira Nacional de Habilitação para os jovens a partir de 16 anos. E o Comando do BPTRAN preocupado em observar a concretização desta mudança na legislação do trânsito resolveu escolher este assunto para abordar este Relatório. No quadro de acidentes que hoje orienta o Batalhão de Polícia de Trânsito, na busca de um trabalho de polícia científica através das ações didáticas e repressivas pode se afirmar que aumenta o temor a cada veículo que entra em circulação em nossa cidade. Sempre mais imponente e possante.

Nos atemorizamos também a cada condutor habilitado que inicia-se no trânsito de Curitiba, muitos imigrantes de outras terras que em muitas vezes o que separa o candidato à habilitação é apenas e tão somente o de esticar o braço para apanhá-la.

E dentre os acidentes os que mais nos chocam e agridem a população é sem dúvida os atropelamentos.

Quais são as pessoas atropeladas em Curitiba, por exemplo? Em primeiro lugar as crianças. Cento e vinte e uma crianças de zero a dez anos foram atropeladas. Três delas morreram no local nestes quatro primeiros meses. Crianças que até hoje, nós adultos, as enganamos, quando tão somente colocamos, quando dá, um policial militar na travessia diante da escola, mas a duas quadras à frente, é atropelada porque não sabe auto defender-se.

No currículo escolar de nossas escolas ainda não consta assuntos de segurança no trânsito e os projetos que desenvolvemos são tímidos, a exemplo da patrulha escolar de segurança.

Em segundo lugar nossos idosos são os mais atropelados. Sessenta e dois idosos foram atropelados e desses, cinco morreram no local nesses quatro primeiros meses em Curitiba. Idosos que ainda imaginam que seus filhos e netos estão preocupados a rodeá-los de segurança, através de leis e ações que protejam aqueles a quem tanto devemos.

Nossos idosos que os esforços desenvolvidos para educar-nos já não os possibilitam visão e reflexos suficientes para defenderem-se das armadilhas que nós estamos lhes proporcionando quando até mesmo ocupamos a calçada com o nosso automóvel, pois afinal "sabe com quem está falando", ainda é muito usado neste País.

Diante desse quadro tão preocupante, decisivamente nossa postura não pode ser outra a não ser a de nos colocarmos em defesa da maioria da população que se constitui a grande massa de pedestres eventuais e efetivos. Os efetivos pedestres representam hoje em Curitiba 80% da população que não tem acesso ao veículo automotor, que não seja o transporte cole-

tivo durante toda a sua vida, ou na melhor das hipóteses a felicidade de possuir, quem sabe, uma bicicleta.

Dentro deste rápido enfoque das nossas realidades, os questionamentos para concessão de habilitação a motoristas maiores de 16 anos devem ser respondidos através de observações e também de estatísticas. Será que estão hoje os nossos jovens amadurecidos para dirigir já com 16 anos? São questionamentos que quem faz é a própria Polícia Militar, o próprio Batalhão da Polícia Militar, e aqui nesta Casa nós fizemos um debate no plenarinho que lamentavelmente também não teve o apoio de muitos dos Senhores Parlamentares. Poucas pessoas compareceram para debater esse assunto que é por demais importante.

Desejo tão somente dar aqui mais alguns detalhes ainda com relação a problemas de trânsito. Trouxeram ontem os técnicos da Volvo a esta casa algumas sugestões para a nossa Constituinte, algumas informações de leis e de emendas já colocadas na Constituinte do Rio Grande do Sul.

Constituinte, uma lei contra a morte! Era essa a finalidade que nós tentávamos ontem sensibilizar os Parlamentares desta Casa. O acidente de trânsito faz 50 mil mortos anuais, 150 mil pessoas ficam incapacitadas para sempre, 350 mil pessoas sofrem traumatismos e lesões pelo corpo, ocorrem pelo menos 1 milhão de acidentes por ano, 60% dos pacientes de traumatismo (?) são acidentados no trânsito. O trânsito é a primeira causa de morte entre os jovens masculinos, e os prejuízos, Senhores Deputados, que causam os acidentes de trânsito à Nação, à Previdência Social, com perdas de vida chega a 1 bilhão e 500 milhões de dólares.

Vai depender da Assembléia Constituinte Estadual para que o Rio Grande do Sul crie uma divisão de educação para o trânsito ligado à Secretaria de Segurança Pública, que garanta as campanhas permanentes de segurança no trânsito, inclusive em termos empresariais e comerciais. Acrescenta matéria específica no currículo escolar de 1º e 2º graus e nas faculdades de meios de comunicação e educação. Implante cursos de técnicos em trânsito em nível universitário, crie na Assembléia Legislativa uma Comissão Permanente de Segurança e Educação no Trânsito, além de uma Fundação capaz de apoiar o Estado e Prefeituras no combate ao acidente de trânsito.

Ainda outras informações aqui que foram implantadas na Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul e que nós talvez pela falta de um debate maior neste mesmo setor, estejamos omissos nesta nossa Constituinte em relação a matérias de acidente de trânsito.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência permite-me um aparte?
(Assentimento)

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Nobre Deputado Algaci Túlio, vamos por etapa. Primeiro quero cumprimentá-lo pela iniciativa...

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Esta Presidência informa que o seu horário no Grande Expediente está encerrado e lhe concede o tempo de Liderança do PDT, conforme determinação da Liderança do seu Partido.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado, inicialmente desejamos cumprimentá-lo pelo debate ou pela reunião de ontem. Em segundo lugar discordar de um aspecto: Vossa Excelência de modo genérico acusou de demagogos os Senhores Deputados que abordam outros problemas; como educação, saúde, etc. nesta Casa. Faz parte deste colegiado que os Deputados se preocupem não apenas com um problema, mas com toda a gama de problemas que atingem a coletividade. Em terceiro lugar, a inversão da Ordem do Dia por iniciativa de requerimento meu, aprovada por unanimidade pelo Plenário - inclusive por Vossa Excelência - evidentemente não determinou o esvaziamento do debate. Até por que o correto neste Parlamento seria, sempre, primeiro votar-se a Ordem do Dia e depois adentrar-se ao Pequeno e Grande Expediente. Em quarto lugar, não se pode acusar o Deputado que não participa de um debate sobre os problemas do trânsito, de ser um cidadão omissos. Eu permaneci até o final da sessão de ontem, fui um dos últimos a me retirar depois de encerrado e cumprimentar os diretores ou os funcionários da Volvo que aqui estiveram. Mas existe uma série de problemas, nobre Deputado, e não é possível que um Deputado se preocupe sozinho com todos os problemas, especialmente numa fase de Constituinte como estamos. Não temos, infelizmente, nem aqui nem em todo o Brasil, nenhum Rui Barbosa que fez um projeto, sozinho, de uma Constituição, que revisou sozinho o Código Civil de 1917, dando um dos maiores debates do Parlamento brasileiro.

Diante dessas deficiências que são nossas, são do Parlamento Nacional e são do mundo, é evidente que cada Deputado está procurando, dentro da Constituinte, ficar nos campos mais adstritos ao seu conhecimento. E a somatória da preocupação dos Senhores Deputados é que determinará uma nova constituição. Então, por exemplo, é evidente que estou preocupado com os problemas de trânsito, afinal, dirijo, tenho família, tenho filhos, mas, eu estou

no aguardo de um projeto de lei apresentado por Vossa Excelência ou emendas ao anteprojeto da Constituição Estadual, já que Vossa Excelência é um "expert" na matéria - acidente de trânsito, colabore conosco, apresente um projeto de lei, detalhadamente, o que está na Constituinte Estadual do Rio Grande do Sul, em grande parte é realmente aplicável e nós vamos debater, com o maior interesse possível, no momento oportuno.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Edmar Luiz Costa, ninguém pretende ser um Rui Barbosa e nem salvador da pátria. Eu tenho a minha consciência tranqüila de que estou cumprindo com a minha obrigação. Talvez não tenha os mesmos conhecimentos jurídicos que Vossa Excelência tem que é um brilhante advogado, um brilhante Deputado, um brilhante representante dos Campos Gerais, mas eu tenho a consciência tranqüila de estar aqui, dando a minha colaboração, a minha participação e, procurando, acima de tudo, valorizar esta Casa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Eu exatamente cumprimentei Vossa Excelência pela iniciativa, porque está cumprindo honrosamente o seu dever público. Mas nós também estamos cumprindo o nosso.

O SR. ALGACI TÚLIO - Concedo aparte ao Deputado Antônio Annibelli.

O Sr. Antônio Annibelli - Deputado Algaci Túlio, eu também lhe cumprimento pela iniciativa de ter proposto a esta Casa um debate sobre trânsito. Eu, infelizmente, quando Vossa Excelência ontem, dizia que iria denunciar na rádio os Deputados que não ficassem na sessão, talvez aquela maneira de Vossa Excelência, afugentou alguns Srs. Deputados, também. Vossa Excelência faça um exame de consciência e Vossa Excelência vai lembrar de suas palavras: "Eu amanhã vou denunciar na rádio os Deputados que aqui não permaneceram". E Vossa Excelência o fez hoje, pela manhã.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência está antecipando as coisas. Eu falei ontem, ao final da sessão de ontem, que hoje iria denunciar os que não compareceram, mas preferi valorizar aqueles que ficaram, dizendo os nomes daqueles que ficaram. Não vou dar colher de chá para quem não ficou prestigiando a sessão de ontem.

O Sr. Antônio Annibelli - Vossa Excelência disse ontem, em alto e bom som: "Eu vou denunciar os Deputados que não ficarem aqui". Eu ouvi e vários outros Srs. Deputados ouviram. Vossa Excelência cumpriu vossa ameaça.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não é verdade.

O Sr. Antônio Annibelli - Mas não foi por causa de vossa ameaça que eu me retirei. Eu quero dizer a Vossa Excelência do apoio que darei às suas emendas. Porque tenho projetos meus instituindo uma lombada em frente de cada escola na cidade de Curitiba. Não sou daqueles que criticam porque querem criticar, absolutamente. Eu acho que era um dever do Estado, da Prefeitura, colocar uma lombada em frente a cada escola.

Agora, Vossa Excelência, talvez um local para um áudio-visual, porque acho que o nosso Regimento Interno, não sei se esta afirmativa é válida, mas acho que o local para os áudio-visuais para outras pessoas que não compõem e, inclusive, para assumir a tribuna desta Casa, não são muito usadas nesta Casa. Os locais são os plenarinhos.

Acredito que se Vossa Excelência tivesse marcado após a nossa sessão ou no período da manhã, para que alguns Srs. Deputados, em número maior, tenho certeza, estariam presentes. E o local do nosso plenário é para debatermos assuntos como os que Vossa Excelência traz hoje, assuntos que o Deputado Haroldo traz quando fala em medicina, o Deputado... qualquer um de nós abordamos os nossos assuntos. Então Vossa Excelência não pode generalizar. E quando Vossa Excelência, depois do nosso áspero debate, Vossa Excelência disse: que me perdoem os Srs. Deputados. Então Vossa Excelência está perdoado por mim. Não fui obrigado a permanecer, mas ouvi o seu discurso hoje por mais de trinta minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Annibelli.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrado o seu horário e concedemos mais 30 segundos para completar o seu assunto.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pedimos mais dois minutos para completar, Sr. Presidente, porque esta Mesa já abriu precedentes para outros oradores e espero que Vossa Excelência democraticamente me dê estes dois minutos que é para eu completar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está concedido.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero dizer ao Deputado Antônio Annibelli que me parece fazer projetos para lombadas em Curitiba seja obrigação dos Srs. Vereadores e não dos Srs. Deputados. E que Curitiba tem lombadas demais até e estamos até tirando algumas que foram feitas eleitoreiramente para colocar exatamente em frente a esco-

las. Dizer que eu quero...

O Sr. Antônio Annibelli - Escolas Estaduais, no interior do Estado e na nossa Capital, se os homens que legislam na Câmara também tiverem o espírito que eu tenho de ver meus quatro filhos no Colégio Positivo todos os dias a atravessarem as ruas, como eu fiz antes de Vossa Excelência assumir a Prefeitura, faça uma obra. Faça uma lombada em frente o Colégio Positivo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado!

O Sr. Antônio Annibelli - E se Vossa Excelência não teve tempo nos quinze dias que esteve como Prefeito, que Vossa Excelência sugira ao nosso grande Prefeito Jaime Lerner que ...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tímpanos)...

Está encerrado o Horário da Liderança do PDT. (Conversas paralelas entre os Srs. Deputados).

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu não estou conseguindo concluir, Sr. Presidente. Eu quero apenas encerrar agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência tem mais 30 segundos.

O SR. ALGACI TÚLIO - ... prestando uma homenagem àqueles que ontem nos deram o prazer de permanecer em plenário: Deputado Aníbal Khury, Deputado Edmar Luiz Costa, Deputado Ezequias Losso, Deputado José Alves, Deputado Paulino José Delazeri, Deputado Pedro Tonelli, Deputado Raul Lopes e Deputado Valderi Mendes Vilela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu horário.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria que a Mesa mandasse anotar a figura, a delação do Deputado Algaci Túlio que citou onze Deputados e a Mesa Executiva mandasse descontar os salários dos outros 43 que aqui não estiveram, já que o nosso vice-Prefeito, Deputado Algaci Túlio, também é quarto Secretário, e por isto Vossa Excelência deve estar mais na Assembléia, porque na função de quarto-Secretário talvez a Presidência pudesse dar, ao nosso quarto-Secretário, a função de anotar a presença e o desconto dos Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Quero

justificar aqui um erro meu, incluindo mais dois Parlamentares que permaneceram aqui ontem: Deputado Nereu Carlos Massignan e Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Foram os que eu pude divisar e que encerraram a sessão. E também dizer ao Deputado Annibelli que eu sou um dos frequentadores mais assíduos da Casa, estão aí os Anais para comprovar, Deputado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) Peço a vênua à Presidência, em vez de 43 ausentes, registre apenas 41 e mande descontar, porque o meu salário eu quero ver descontado. Apesar de ter votado na Ordem do Dia, um Projeto, dando a uma viúva, de ex-Prefeito, dois salários-mínimos.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Ausente o PRN, concedo a palavra à Liderança do PT. (Ausente).

Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "As questões de saúde têm sido objeto de nossa preocupação continuamente e hoje voltamos a tocar no assunto. Creio que todos receberam as denúncias apresentadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Paraná sobre a intoxicação de Trabalhadores de Fábricas de Baterias por Chumbo.

O Sindicato denuncia que 70% das Fábricas de Baterias de Curitiba têm trabalhadores intoxicados pelo chumbo, apresentando sintomas como dores de cabeça, no abdômen, além de alterações no comportamento em função de distúrbios nervosos. Esses sintomas têm aparecido em pessoas que têm cerca de três meses de trabalho em fábrica deste tipo.

Um exemplo citado pelo Sindicato dos Metalúrgicos é o de João Alfredo Marques, que trabalhou durante sete meses numa fábrica de baterias em Piraquara; hoje ele é vítima de uma doença da qual sequer havia ouvido falar: O Saturnismo. Ele tem em seu sangue 166 microgramas de chumbo quando o máximo tolerado é 60 microgramas.

O que há de certo, Senhores, é que noventa por cento dos trabalhadores em fábricas de baterias estão intoxicados por chumbo. E o que podemos fazer? Estou enviando um requerimento à Delegacia Regional do Trabalho para que seja rigorosa na fiscalização destas fábricas, exigindo que sejam tomadas as precauções devidas para evitar a contaminação dos trabalhadores.

Além disso enviamos ainda um requerimento ao Senhor Superintendente da SUREHMA para que intensifique também as fiscalizações nestes estabelecimentos a fim de verificar seu sangue realmente eles apresentam o equipamento necessário para evitar a

contaminação do ambiente.

Não podemos permitir, Senhores, que toda a comunidade corra o risco de ser contaminada porque empresários, para fazer economia gastam irresponsavelmente a saúde do povo.

Enviamos ainda uma solicitação ao Secretário da Saúde, Dr. Delcino Tavares, para que acompanhe de perto os trabalhos que estão sendo realizados por sua assessoria a fim de que possamos garantir um programa de saúde específico para esta categoria. Aproveitamos ainda para pedir ao ilustre Secretário que nos envie um levantamento sobre como vêm sendo tratados os problemas relacionados com as doenças adquiridas no trabalho. A mesma solicitação está sendo feita no requerimento à DRT.

O momento é oportuno para levantarmos uma preocupação mais ampla. Aliás, por que não aproveitamos a oportunidade para estudar a questão mais profundamente e até criar dispositivos legais que garantam a proteção dos trabalhadores em indústrias que apresentem graus de risco à saúde.

Neste momento em que revemos a antiga carta de leis do Paraná, não posso ver ocasião oportuna para questionarmos os dispositivos existentes neste sentido. Se o momento é de se falar em preservação do meio ambiente, vamos falar na preservação da vida, que abrange toda esta questão".

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Consulta à Liderança do PTB.

(Declina).

Consulta à Liderança do PTN.

(Declina).

Consulta à Liderança do PFL.

(Declina).

Consulta à Liderança do PDC.

Com a palavra o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As eleições presidenciais começam a mexer com o povo brasileiro, e até com a consciência do povo brasileiro. Mas, infelizmente, ao que tudo indica, serão impostas algumas figuras e de forma distorcida ao eleitor brasileiro no próximo pleito.

Eu sou daquelas pessoas que entendem, que quando um cidadão disputa determinado cargo na vida pública, ele tem que renunciar a muitas das faculdades da sua vida particular, e passa a ter um compromisso maior, não com a sua pessoa, mas até com a importância do cargo que vai exercer, ou que pretende exercer.

Assim, no meu modo de ver, candidato a Presidente da República neste País, ou em qualquer País civilizado do mundo, que sofreram uma crítica quanto ao seu comportamento à frente de outros órgãos adminis-

trativos públicos, ele tem a obrigação não em respeito à figura dele, mas em respeito ao cargo que ele pretende disputar, de esclarecer os fatos que lhe estão sendo imputados.

A imprensa nacional já está invadida por acusações contra o presidenciável Fernando Collor. Pessoalmente nada tenho contra Sua Excelência, embora ache que é imaturo.

Mas algumas acusações que estão estampadas em toda a grande imprensa brasileira por respeito ao cargo da Presidência da República. Impor respeito à dignidade do povo brasileiro, deve merecer resposta imediata e prova contundente do Candidato, de que ele não praticou os delitos.

Jornal "Zero Hora" de Porto Alegre ontem, apenas pequenos trechos: "Na Câmara Federal, foi apresentado uma denúncia, baseada em farta documentação, relevando que Collor entregou para Hans Lisboa, mordomo do Palácio do Estado de Alagoas, setenta por cento de quinhentos mil dólares, considerados verbas secretas do gabinete.

Isto depois do ex-Governador vetar Projeto de um Deputado Estadual, que obrigava a prestar contas da obrigação da aplicação da verba secreta, sem prestação de contas, como Governador do Estado".

Outra denúncia: "Deputado Brandão Monteiro, denunciou que está na justiça de Alagoas também outro fato, de que os acordos firmados por Collor de Mello com os usineiros alagoanos, provocaram um prejuízo de cento e quarenta milhões de dólares a Alagoas. O Promotor afirma na sua denúncia impetrada na Justiça, que doze por cento desses cento e quarenta milhões de dólares, foram desviados para a Campanha do Candidato do PRN. Com tanto dinheiro, não precisa do apoio do empresariado".

E mais uma denúncia: baseados em documentos coletados em Maceió, o mesmo Deputado, revelou que os principais assessores da Campanha de Collor de Mello, foram beneficiados com a quebra do Prodiuban (Banco do Estado de Alagoas), e dinheiro do Paraná foi nessa, entre eles o Parlamentar cita Geraldo Bulhões, que deve onze bilhões de cruzados novos, e Carlos Humberto Rosa da Silva, Assessor de Imprensa de Collor, que tem títulos protestados no valor de duzentos e cinquenta mil cruzados novos.

São fatos não da vida particular do candidato Fernando Collor. A vida particular dele não interessa ao eleitor, nem aos políticos de um modo geral, mas os atos que ele praticou no exercício de outros cargos públicos quando ele pretende chegar ao cargo maior desta República, deve ser respeitado, e o respeito deve começar por quem almeja o cargo, vir de público e esclarecer fato por fato à nação brasileira. Porque senão nós estaremos diante de um

Jânio Quadros, da década de 1990, tanto quanto o Jânio representou em 1960, ele enrolou o Brasil inteiro e jogou a nossa Nação numa crise.

Parece-me que o Jânio de hoje, tem uma diferença, paga quinhentos mil cruzados novos, por feitiço por um terno, usa um terno apenas cinco ou seis vezes, e costuma ter um guarda roupa de trinta a quarenta trajes feitos por um só costureiro, enquanto que o Jânio daquela época preferia um capote preto e comer sanduíches nas escadarias do Largo de São Francisco.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à Liderança do PDS se fará uso da palavra.

(Declina).

Consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, acabo de ouvir o nobre Deputado Algaci Túlio, que ao invés de um Parlamentar mais me parece, nesta oportunidade, um pastor religioso passando reprimenda ao seu rebanho de ovelhas.

A violência no trânsito e sua reconhecida vitimologia não é maior que a violência da corrupção e da impunidade. Não é maior que a violência do controle da informação por meios econômicos. Assim como não é maior que a violência da mortalidade infantil brasileira, pela falta de saneamento básico, pela falta de assistência à saúde, pela falta de alimentos, sendo a desnutrição, num país rico de povo pobre o principal substrato para a instalação da doença, seguido de óbito infantil.

A violência no trânsito não é maior que a violência do analfabetismo, da falta de acesso à cultura, que condiciona, inclusive, as próprias limitações de todos nós, Deputados, refletindo nesta Casa a média da sociedade paranaense.

Esta Casa é democrática e pluralista. Louvo o interesse do nobre Deputado Algaci Túlio pela segurança no trânsito. Agradeço-lhe por mim, pela família e amigos. Cumpra a sua obrigação, nobre Deputado Algaci Túlio, com a sua característica assiduidade aos trabalhos desta Casa.

Agora, quero refletir sobre a violência do autoritarismo, da coação e da ameaça. Não é a forma de motivar Parlamentares a se interessar pelo tema. Todos nós já passamos por vexames, como Vossa Excelência passou ontem, nesta Casa. Não vesti a carapuça e me somo a Vossa Excelência que todos nós nos interessamos por todas as questões relevantes trazidas a este plenário, pelos Parlamentares. Assim como, tam-

bém, pela segurança no trânsito.

Concedo aparte ao Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus - Agradeço o aparte, que é tão somente para me somar às suas palavras. E dizer que o nobre Deputado Algaci Túlio, que sedento no direito de reprimir, de repreender, de dedo em riste a Deputados, é membro da Comissão Executiva. E deveria saber que esta casa funciona, no aprofundamento das matérias que aqui são tratadas, nas comissões técnicas. E aqui em Plenário já é fase final. E dizer, também, que deveria conhecer o Regimento Interno, que obriga o Deputado a votar as matérias, a votar a Ordem do Dia, sob pena de então, sim, ser-lhe descontado. Não obriga o Deputado a vir aqui ouvir os discursos. Para isto existem até auto falantes dotados nos gabinetes. E que existem Deputados que residem em Curitiba e representam o grande povo curitibano. Mas, há Deputados que têm o seu domicílio eleitoral a 700 km daqui. E que por isso, muitas vezes, em fins de semana, sacrificando as famílias, não estão em Curitiba. E quando retornam a Curitiba, na segunda ou terça-feira, às vezes até pecam por não votar na Ordem do Dia. Mas, estão fazendo um trabalho de atendimento ao seu povo. A generalização com que o Deputado Algaci Túlio puniu os Deputados, pela palavra, realmente foi um injustiça, com a qual eu concordo com Vossa Excelência e também gostaria que o Deputado Algaci Túlio reconhecesse.

Obrigado.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Eu agradeço a participação. Concedo aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Haroldo, a esta violência toda que Vossa Excelência enumerou, eu queria acrescentar a violência da sangria dos cofres da Nação, informando à Assembléia que nos últimos 45 dias, o Governo Sarney transferiu para os bancos estrangeiros, a título de pagamento da dívida de um bilhão de dólares, isto é, 3,6 bilhões de cruzados novos, isto é, 3,6 trilhões de cruzados antigos, ou seja, 30 milhões de salários-mínimos, ou seja, o equivalente ao trabalho de um mês de 30 milhões de operários brasileiros, ou seja, ainda, 20 vezes a população de toda a grande Curitiba trabalhando um salário-mínimo para os bancos estrangeiros nos últimos 45 dias.

De maneira que me parece que além de pouca saúde e muita saúde os males da Nação são, como disse Macunaíma, há também outros males da Nação. A falta de caráter já reportada no Macunaíma. E mais do que

tudo isso, a sangria da riqueza nacional. De maneira que me parece, não melhorará o Brasil com um Deputado aqui fazendo o papel de bugio, tentando desmoralizar o outro. Um Deputado contra o outro.

Mas, melhorar-se-á o Brasil se todos formarmos um coro de real busca e perseguição do interesse público. Isto vale menos para as admoestações do Deputado Algaci Túlio que de resto foi notável pela sua intervenção ontem com os técnicos da Volvo, inclusive com o Alan Kenel que é engenheiro de tráfego do IPUC, aqui em Curitiba e, é da assessoria da nossa Prefeitura. Mas, vale mais para o Deputado Baggio que parece pretender instalar aqui uma "plutocracia".

De repente, um e outro, mas mais o Deputado Baggio não somam com o coro que precisa haver, de ser esta Casa a real perseguidora do interesse público. E não a casa dos duelos de um contra o outro como se fosse uma academia ou um salão do século XVIII.

Era isso.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Nobre Deputado Rafael, na verdade o que eu proponho é louvar a atitude do nobre Deputado Rafael Greca, do nobre Deputado Algaci Túlio e discutir a questão da segurança no trânsito. Assim como, a segurança dos cidadãos.

Mas o vexame pelo qual ele passou ontem já tivemos vários precedentes nesta Casa e eu me somo ao Deputado para que nós juntos tenhamos aqui nesta Casa mais interesse pelas questões relevantes aqui trazidas. Esse é o meu objetivo.

Muito obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, só queria dizer ao Deputado Algaci Túlio que tentamos até chegar ontem aqui para participar da reunião quando se tratava do problema de trânsito, mas estávamos na nossa região em campanha do Secretário de Saúde onde começamos uma reunião na terça-feira à tarde e ontem terminamos já era 2 horas, discutindo também o problema da saúde que a gente vê também com muito bons olhos a reunião que tivemos em Umuarama onde solucionamos diversos setores da área e da descentralização da Saúde e que a comunidade aguardava. Razão pela qual não pudemos estar aqui para ouvir aí os companheiros da Volvo que vieram debater o problema de trânsito.

Quero também, Senhor Presidente, aproveitar para pedir que seja inserido nos Anais da Casa na data de hoje a presença do Vereador Luís Rubens, do município de Assis Chateaubriand.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Apenas

para esclarecer ao Deputado Gernote Kirinus que nós conhecemos o regimento da Casa e que o fato de termos ontem na Casa o debate sobre trânsito foi um requerimento votado por esta Casa permitindo que o horário do Pequeno Expediente, Grande Expediente e lideranças fossem utilizados para se debater sobre trânsito.

Portanto, não quisemos nós aqui impor uma modificação no regimento e sim, atendendo um requerimento que foi votado e aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados como titulares e suplentes de diversas comissões. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para comporem o Colegiado de Vice-Líderes do PMDB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. Em votação.

Vamos submeter a votação o presente requerimento.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão.

O SR. GERNOTE KIRINUS - (Pela Ordem) Senhor Presidente, não estou entendendo o processo de votação do requerimento do Deputado Valderi Mendes Vilela. Poderia esclarecer novamente?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa não está fazendo nenhum processo de votação, está fazendo a votação do requerimento do Deputado Valderi Mendes Vilela, que solicita a inversão da Ordem do Dia de

hoje.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão.

22 Senhores Deputados rejeitam, 13 Senhores Deputados aprovam o Requerimento.

Está Rejeitado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 45/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 25/89), que altera os artigos 2º, 4º, 5º, o "caput" do artigo 7º e o artigo 8º, da Lei n. 8.212, de 30 de dezembro de 1985. (Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, como Vossa Excelência tem feito, em outras ocasiões, iniciando o processo de votação, Vossa Excelência sempre tem considerado presentes aqueles que participaram no primeiro processo de votação. Como 13 Deputados das Bancadas minoritárias participaram do primeiro processo de votação, eu peço que Vossa Excelência os considere presentes e considere a favor da emenda 22 Deputados, e contra, 13.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, não se tratava de votação de projeto constante da Ordem do Dia mas de um requerimento de inversão da Ordem do Dia, além do mais não houve chamada nominal, portanto não há prova de quem estava ou não em Plenário.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Eu gostaria, Senhor Presidente, que constasse na Ata dos trabalhos a ausência, neste Plenário, na hora da votação, do nobre Deputado Algaci Túlio que, há poucos instantes, transformou-se em censor da alma humana, nesta Casa, criticando Deputados que não quiseram comparecer num "oba-oba" montado por Vossa Excelência ontem, neste Plenário. Ninguém é obrigado a participar de "oba-oba". Agora, de votações importantes para a vida administrativa do Estado o Deputado ganha para votar a favor ou contra, não para fugir do Plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Vou proceder à verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Vossa Excelência já decidiu a minha questão de ordem? Eu solicitei a Vossa Excelência que considerasse os 13 Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) A questão de ordem de Vossa Excelência está implícita na decisão da Presidência de proceder à verificação de votação. A Mesa não pode contar como presentes aqueles Deputados que não votaram e participaram da votação desta matéria. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados que responderem a chamada, constarão como presentes na sessão.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Apenas fugindo um pouco, eu gostaria de solicitar ao nobre Presidente, as notas taquigráficas do pronunciamento do Deputado Algaci Túlio, que Vossa Excelência autorizasse ao Serviço de Taquigrafia as notas taquigráficas do pronunciamento do referido Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Será encaminhado às mãos de Vossa Excelência.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Eu agradeço, Senhor Presidente.
(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Está suspensa por cinco minutos a sessão.

A Mesa solicita ao serviço de segurança que faça evacuar do plenário as pessoas estranhas.

Está reaberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, são 20 os presentes. Nós anotamos um por um aqui. São 20, foi anotado, inclusive o Deputado Erondy Silvério, do meu lado foi anotando um por um quem respondia.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) A Mesa solicita aos Srs. Deputados que tomem

acento em seus lugares e respondam à chamada do Sr. 1º Secretário, a fim de evitar qualquer dúvida. O Sr. 1º Secretário - procederá a 2ª chamada nominal, com todos os Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Cândido Bastos) Faremos a segunda chamada com todos os Srs. Deputados.

(O Sr. 1º Secretário procede à chamada nominal)

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Cândido Bastos) Eu pediria aos Senhores Deputados que não respondessem porque senão vai atrapalhar a contagem aqui da Mesa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Mas, aí vai o comparecimento, ele está ausente...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, a Bancada do PMDB confia no Ilustre Deputado Cândido Bastos. Não é possível ter conferente, a função de conferente na Assembléia não existe.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Nós não temos muita confiança neste aspecto, nos demais temos.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência, eu acho, que não tem nem em sua pessoa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Depois que Sua Excelência, o atual 1º Secretário, disse numa sessão da CCJ uma coisa e na outra disse outra...

(O Sr. 1º Secretário continua procedendo à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita ao Deputado Edmar Luiz Costa que aguarde a chamada do Senhor 1º Secretário, porque eu tenho absoluta convicção de que Sua Excelência está fazendo a chamada certo.

Vinte e sete Senhores Deputados responderam à chamada. Não há quorum para votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu solicito a Vossa Excelência que mande fazer os devidos descontos daqueles Deputados que não estão presentes em plenário e, evidentemente, não fizeram jus ao seu jeton, inclusive, eu solicito uma cópia da Ata para que sejam feitas as devidas anotações.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu quero registrar que o Líder do Governo não se fez presente, hoje, na reunião de Líderes a respeito da Constituinte.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, o meu Líder da Bancada com muita capacidade que lhe é inerente se fez presente e representou a nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 81/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que concede pensão mensal a IRENE TASSI SAVOLDI, viúva do ex-Prefeito do Município de Ourizona, IRINEU APARECIDO SAVOLDI, no valor equivalente a 3 (três) salários mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 323/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de Casa Branca, no Município de Xambê, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 324/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de PINDORAMA, no Município de Xambê e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 326/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de ELISA, no Município de Xambê, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 325/88, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ARIOSTO DA RIVA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 48/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 31/89), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tomazina um imóvel urbano, que deverá abrigar órgãos da Prefeitura Municipal e outros órgãos públicos do referido Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Encer-

rada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 54/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ESTRELA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 85/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESUTI, que concede pensão mensal a Senhora CARLA MONTANI PEREIRA, viúva do ex-Prefeito do Município de São Pedro do Ivaí, Aloísio Alves Pereira, no valor equivalente a 3 (três) salários mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 87/89, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que declara de Utilidade Pública a Comissão de Proteção ao Meio Ambiente de Céu Azul, com sede e foro no Município de Céu Azul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 15/89 (Mensagem nº 23/89, ex-Proposição nº 24/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 28.12.89, entre o Estado do Paraná, coadjuvado pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e União, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, com a interveniência do Ministério da Saúde, do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, objetivando a execução de Ações Experimentais em Saneamento Rural no âmbito do Programa Estadual de Saneamento Rural do Paraná. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 16/89 (Mensagem nº 27/89, ex-Proposição nº 25/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios e termos aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios, datas e objetivos que especifica. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 17/89 (Mensagem nº 28/89, ex-Proposição nº 26/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura

e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica; e ainda os termos aditivos a convênios celebrados em 19 de outubro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Ministério da Agricultura, cujos objetivos encontram-se adiante mencionados. - Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/85, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sacerdote LEONARDO BOFF, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. - Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 117/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao sacerdote franciscano LEONARDO BOFF.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 19.06.89

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Leonardo Boff, nascido em Concórdia-SC, em 1939, é sacerdote franciscano. Doutorado em Munique-Alemanha é frequentemente solicitado pelas Universidades e Igrejas da América Latina, Europa e Estados Unidos para cursos e conferências. Mobilizou-se em Teologia Sistemática nas Universidades de Munique, Oxford e Wuezburg. É o coordenador responsável pelas publicações teológicas da Editora Vozes e Redator das Revistas REB e Concilium, professor de Teologia no Instituto Filosófico-Teológico Franciscano de Petrópolis e do CEFEPAL da mesma cidade.

O curriculum vitae que anexo apresentamos melhor esclarece a sua grande obra na Pátria brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 117/85
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Frei LEONARDO BOFF.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
GERNOTE KIRINUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 117/85

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 117/85, objetiva conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Frei Leonardo Boff.

O plano de lei encontra-se devidamente justificado e enquadrado, portanto, nos ditames regimentais. Quanto ao embasamento legal, encontra amparo na Lei nº 5638, de 13.09.67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de títulos de cidadania paranaense.

Quanto à constitucionalidade, não encontra impedimentos que possam obstar sua normal tramitação.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do substitutivo geral em anexo, que visa corrigir apenas a qualificação do homenageado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 75/88, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que cria o Distrito Administrativo do VALE AZUL, no Município de Sarandi-PR, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 19/88, de 06.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 75/88

P A R E C E R:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Na qualidade de relator do Projeto de Lei nº 75/88, de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior, que tem por finalidade criar o Distrito Administrativo do "Vale Azul", no Município de Sarandi, encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação, portanto não encontrando impedimento para a livre tramitação do projeto, que esteja afeto a esta comissão.

Diante do exposto, opino pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A. e C.E.M.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 54/88, de 08.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 162/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura.

As fraudes na formulação dos adubos comercializados, assim como na produção e comercialização de fertilizantes são bem conhecidas e porque não dizer incontestáveis, contudo, nenhuma ou pouca providência podem tomar as autoridades contra os fabricantes por haver lacuna em branco em lei estadual que discipline a produção e a comercialização consciente destes produtos. Neste sentido, vem a ser oportuno e pioneiro o projeto em questão. Pois, tal situação, não pode mais assim permanecer.

As consequências destas fraudes são inúmeras pois atingem desde o agricultor (que certamente cairá em prejuízo por comprar fertilizantes fora dos padrões recomendados pelos técnicos agrícolas que o auxiliam a ter melhor safra e se o conteúdo especificado na embalagem não confere com a fórmula desejada, este produtor não obterá os objetivos propostos) até o consumidor (pois o excesso de nitratos contidos nos vegetais levados ao consumo público, levam a vários tipos de doenças, desde as do tipo cancerígena até a "metahemoglobinemia", conhecida doença infantil que impede o transporte normal de oxigênio, levando a criança à morte por asfixia).

A saúde é o bem de maior valor que o ser humano possui, e por isto a medida proposta é de elevado valor.

Assim sendo, amparado no art. 1º da Constituição Estadual, que reza que o "Estado do Paraná exerce em seu território todos os poderes que explícita ou implicitamente não lhe sejam vedados pela Constituição da República" e pela importância da proposta somos pelo parecer Favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 162/88.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA

PROJETO DE LEI Nº 162/88

P A R E C E R:

Apesar de viver num país extraordinário, de dimensões continentais, onde encontra terra fértil e clima adequado que oferece condições de produção de alimentos durante o ano todo, o agricultor brasileiro tem sido vítima de sua falta de informação e má orientação.

No entanto, graças à tecnologia aqui

desenvolvida e a outras captadas de vários países - apesar de lenta - a produção brasileira de alimentos está entrando em nova fase, que desponta como a mais promissora.

A despeito desse progresso, por falta de informação, aliada à falta de escrúpulos dos que almejam somente seu lugar, sem medir as consequências de seus atos, a agricultura tem sido grande fonte de riquezas para aqueles que, alegando auxiliar o produtor, criam expectativa falsa de produtividade, introduzindo inescrupulosamente fertilizantes com fórmulas inadequadas, acarretando sérios prejuízos à produção e à saúde humana.

Assim sendo, entendendo que já é tempo de se fazer algo em favor do agricultor, não só como produtor mas também levando em consideração à sua saúde, bem como a do consumidor, acatando como verdadeiras as denúncias feitas por respeitáveis técnicos da área e, por isso de credibilidade, convencidos pela justificativa do autor e amparados no Art. 1º da Constituição Estadual, somos pela aprovação do referido projeto.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em
(aa) SABINO CAMPOS - Presidente
ANTÔNIO COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E
MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 162/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, objetiva estabelecer normas disciplinares para as atividades de produção, distribuição e comercialização de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, no Estado do Paraná.

Quando nos manifestamos sobre a mesma proposta, na Comissão de Constituição e Justiça, apusemos nosso parecer favorável, considerando seus aspectos legal e constitucional.

No âmbito desta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, à qual cabe somente a análise sobre as consequências que o uso indiscriminado de tais produtos acarretarão sobre a natureza, reiteramos nosso parecer favorável, uma vez que o acúmulo de metais pesados no solo representa riscos de esterelização.

Nestas condições e convencidos da necessidade de um controle efetivo sobre a produção e a comercialização dos produtos especificados, nos manifestamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 162/88.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.89.
(aa) PAULINO JOSÉ DELAZERI - Presidente
GERNOTE KIRINUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 18/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 29/89, ex-Proposição nº 27/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e os Municípios que especificam, todos objetivando a aplicação de recursos financeiros oriundos do Convênio EPTU/BIRD IV, com vistas à aquisição ou reparos em equipamentos para manutenção do Sistema de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba. - Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 19/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 36/89, ex-Proposição nº 28/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 12.10.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os o Município de Iretama e aprova também os termos de revigoramento datados de 25/11/88 e 06.12.88, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e os Municípios de Cafelândia e Prudentópolis, objetivando a conclusão de prédios destinados às agências de rendas locais. - Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 21/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 47/89, ex-Proposição nº 33/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 31.01.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Produção de Alimentos em Panificação e Pastifício. - Encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1234, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1237, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1241, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1239, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1240, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1242, de autoria do

Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1243, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1244, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1238, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se transcrita no final desta Ata).

Requerimento de n° 1228, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Prejudicado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 45 e 81/89

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 323, 324, 326/84, 325/88, 48, 54, 85 e 87/89, e dos Projetos de Resolução n° 15 a 17/89.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 117/85, 75 e 162/88, e dos Projetos de Resolução n° 18 a 21/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 15 DE JUNHO DE 1989.

OPORTUNIDADE PERDIDA

Brasília - Ao que tudo indica, mais uma oportunidade perdida pelo presidente José Sarney. Fala-se do escândalo nas Bolsas de Valores, senão no todo, ao menos em grande parte provocado pelo investidor Naji Nahas. Tudo leva a crer que houve fraude. A começar pelos cheques sem fundo, que Nahas sutilmente chama de suspensão de pagamento, e passando por prática tão deletéria quanto desonesta, de comprar sem ter dinheiro, isto é, comprar, obter financiamento e pagar com ele a compra, para vender em seguida para ele mesmo. Simples, não parece?

A oportunidade, mais uma, que Sarney perde, é de mandar o referido cidadão para

a cadeia. No fim, não acontece nada e ele ainda sai rindo, qualquer dia destes, até do país. Bem que o presidente tentou desta vez. Mandou o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, examinar a questão e sugerir medidas legais possíveis de ser adotadas pelo governo. A prisão por fraude estava entre elas. Deveria ter sido anunciada segunda-feira. Não foi. Terça, também não, e ontem, da mesma forma.

Quantos senhores de colarinho branco passeiam pelas ruas do Rio ou São Paulo a sua impunidade, isso quando não estão em Paris ou Nova Iorque? Quantos motivos teve o governo para trancafiá-los, mesmo sabendo que a justiça poderia, um ou dois dias depois libertá-los? Teria valido muito o gesto. Ou a intenção.

No caso do surgimento do ágio e da remarcação de preços, desde o Plano Cruzado e passando por todos os outros planos que se sucederam, até o Verão, argumentos não faltaram. Cauteloso o presidente preferiu não avançar. E vai-se, agora, outra oportunidade. Não a última, porque negociatas se fazem e mais se farão até o final do governo, estimulados pela impunidade.

O que será que leva o presidente a hesitar e, no final, a não adotar medidas que a lei determina? Cautela? Receio de cometer injustiças? Ceticismo quanto aos resultados?

Pouco importa. A verdade é que, mesmo aconselhado por vários de seus ministros, Sarney até hoje evitou botar um considerável número de malandros atrás das grades. Tivesse, esta semana, agido sobre Naji Nahas, e não seria apenas Collor de Melo que ficaria recolhendo dividendos por pregar a moralidade pública. Alguns dirão que não adiantaria, porque, afinal, se não começou o Governo prendendo, sua iniciativa não sensibilizaria. Trata-se de um erro. Sensibilizaria, sim, em se tratando de figuras notoriamente relacionadas com negócios escusos, especulação financeira e sucedâneos. A grande maioria dos 130 milhões de brasileiros já encasquetada com essa história de ganhar sem trabalhar. Porque, aqui para nós, é meio estranha essa história de comprar e vender papéis e, no final do mês, ter mais alguns milhões em sua conta bancária. A de lá de fora, é claro, porque aqui, fica muito mais proveitoso comprar dólares, ouro ou mais papéis. Se por hipótese Naji Nahas fosse preso, ainda que a justiça o soltasse 48 horas depois o governo cresceria.

Enquanto não prende, o presidente insiste em que o Tesouro não vai liberar um centavo para ajudar as corretoras em dificuldades. Elas que se arranjam. Se há três dias os porta-vozes oficiais enfatizam isso, é sinal de que continuam recebendo pressões. E pressões fortes. Também seria

demais, especialmente agora que os funcionários públicos estão em greve para arrancar mais algumas migalhas no fim do mês, que o Palácio do Planalto hesita em sancionar 120 cruzados novos de salário mini-

mo e que o FMI fiscaliza as contas federais. Seria realmente o fim. Pena é que não houve o começo, no caso, da prisão do primeiro colarinho branco na história da nova República...